



Chrys Chrystello

Transportes escolares, direitos e deveres dos cidadãos e outras lérias

Há dias fui confrontado com uma notícia no telejornal da RTP Açores, que a achou suficientemente importante para repetir em jornais seguintes: uma senhora que vive a menos de 1 km duma escola queixa-se de que os seus filhos não têm direito a transporte escolar e a rua é íngreme e os deputados que se deslocam dos seus hotéis a menos de 1 km vão de carro...

Comentei que era patética a queixa, e logo recebi dela uma resposta nos comentários mais apropriada à doca de Leixões ou similar. Que nisto de democracia e educação, o verniz salta depressa ou nem sequer existia e era só a fingir.

Fiquei elucidado e calei-me, nestas situações o melhor é nem comentar mais... logo eu que tinha colocado um vídeo daquelas crianças na China que descem ravinas a pique em escadas periclitantes, atravessam rios e cruzam montanhas para chegar à escola e tem o título satírico do género (“Ó mãe, a escola é longe?”)

Dito isto lembrei-me de que onde vivo na Lomba da Maia, as crianças do Fim da Lomba sobem mais de 1,5 km, íngremes, até chegarem à Estrada Regional onde passam os transportes (escolares ou não), chova ou faça sol, e o mesmo para os residentes no arrabalde do Burgueite. E isto não é exclusivo desta freguesia rural mas de quase todas as circunvizinhas Porto Formoso, São Brás, Ribeira Funda, Criação Velha, Lomba de São Pedro daqui até ao Nordeste. Muitos pais e mães não têm - como aquela mãe - a alternativa de um táxi nem outros transportes coletivos. Evitarei falar de estratos socioeconómicos desfavorecidos e outros, que não sendo chamados ao caso, podem proporcionar alternativas aos que tenham posses...

Dei comigo a lembrar-me dos meus avós que em 1932 se tiveram de mudar de armas e bagagens da vetusta Alfândega da Fé para Bragança, a 72 km (estamos a 1617 km dali) para a minha mãe poder frequentar o Liceu, sem comboios nem carreiras de camioneta que permitissem comutar entre ambas.

Em 1959 quando eu entrei para o Liceu na chuvosa cidade do Porto apanhava imenas molhas na ida e volta. Quando não apanhava o elétrico nº 8 na Rua do Campo Lindo, ou um nº 7 ou 7/ (ler sete com traço) na Rua de Vale Formoso, ia a pé até à Rua da Constituição (12 minutos) apanhando depois outro carro elétrico da linha 20 até à Praça do Marquês de Pombal (uns dez minutos mais) e aí tomava o nº 15 até Silva Tapada ou 15/ Antas (e só este me levava mesmo até ao Bonfim), só tendo de fazer uns 200 metros a pé até ao Liceu Alexandre Herculano na Avenida Camilo, sem abrigo de caleiras apanhando toda a chuva que caísse. De elétrico a viagem demorava, em média, uma hora, se não houvesse atrasos e a coordenação de horários fosse esmerada, o que era complicado.

Nesse tempo não havia autocarros escolares e apenas um ou outro filho-família endinheirado beneficiava de transporte próprio, o que mesmo assim era uma raridade.

Nas aldeias recônditas do Portugal profundo a situação melhorou mas muitas crianças ainda fazem grandes distâncias, de aldeias sem estrada ou sem transporte escolar, para irem para os mega-agrupamentos escolares recentemente criados.

Nada que se compare às caminhadas de 2 ou 3 horas de madrugada que as crianças na montanha em Timor faziam para irem ter aulas do então Ciclo Preparatório em Bobonaro onde leccionei em 1973 e o clima lá era bem mais agreste.

Serve isto para recordar que há muitos cidadãos que apenas se lembram dos seus direitos (os mesmos que lhes eram negados antes de abril 1974) para irem ter visibilidade na TV com queixas patéticas como a acima descrita. Desejo que a educação daqueles três jovens não seja prejudicada pela falta de transporte e que quando crescerem possam ser deputados, secretários, diretores ou coisa que o valha para terem o transporte privativo que merecem e que em criança não tiveram.



Joana Bettencourt

Limites do bairrismo

“Debrucemo-nos no bairrismo enquanto uma capacidade de apego a uma terra, enquanto um modo de ser açoriano, no entanto dentro de uma lógica, que concordo em discordar de que ser bairrista é positivo”

Bairrismo, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa significa a “afeição que alguém tem ao bairro ou à localidade onde mora; carácter de bairrista;” ou a “imitação de interesses, dinâmica ou atividades ao limite de um bairro ou a um âmbito reduzido”.

Debrucemo-nos no bairrismo enquanto uma capacidade de apego a uma terra, enquanto um modo de ser açoriano, no entanto dentro de uma lógica, que concordo em discordar de que ser bairrista é positivo.

Está o/a leitor/a confuso? Esclarecerei o meu raciocínio para que se torne perceptível.

Somos todos portugueses, mas ser Açoriano, tem as suas especificidades e isso é um facto. Vivemos a insularidade, com as nossas tradições, num solo e clima muito próprios, que nos fazem sentir, até por vezes, uma certa altivez. Não quero com isso dizer que a nossa “subcultura” dentro da cultura portuguesa se deixe “desculturar”, ou seja, mesmo sendo portugueses não deixamos de ter as nossas especificidades, contudo, Açorianos não deixam de ser Portugueses.

Transportando estas ideias para um sentido mais estreito, ser Angrense, natural de Angra do Heroísmo, não me deixa sentir menos terceirense. A ilha Terceira tem dois concelhos, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, o que não significa que não me sinta parte integrante de uma mesma ilha.

Vivendo em democracia, aceitar as diferenças é primordial, aliás, não só se mostra essencial aceitá-las, como também é fulcral assentar as nossas posturas nessa democracia.

Como Angrense enalteço todo o traçado urbanístico, com janelas e varandas, que tornaram Angra do Heroísmo, Património Mundial desde 1983, mas não quer com isso dizer que não seja apaixonada pela linha de costa bastante acentuada, onde predominam arribas e zonas de calhau, bem como a baía de extenso areal que se difunde no oceano, da cidade da Praia da Vitória.

Quero também frisar o potencial da cidade da Praia da Vitória, na qual se encontram o Aeroporto das Lajes, o amplo Porto Oceânico, que funcionam como as principais portas de acesso para a ilha Terceira, portanto não poderei e não pode ninguém, relativizar a importância desta cidade.

E é por isso que aceitei com orgulho e com toda a responsabilidade candidatar-me à Câmara Municipal da Praia da Vitória. Porque acredito em todo o potencial que este concelho apresenta, porque acredito que posso lutar por este potencial, porque acredito que faço parte não de Angra, não da Praia, mas sim da Terceira!

Só posso ver esta ilha, a minha ilha, como um todo! Não há muros que nos desunam, há apenas um mar que nos rodeia! Aqui ou ali, ali ou acolá dentro deste espaço sinto-me em casa, sinto a ilha de que faço parte.

** Assessora Parlamentar do
Bloco de Esquerda*